



ENCONTRO DE
URBANISMO **2020**

COVID-19

**PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS**

João Ferrão Coordenador Científico | **Roberto Falanga, Carlos Liz** Cooordenadores
Organização: **Câmara Municipal de Lisboa** | **Centro de Informação Urbana de Lisboa**



João Ferrão, geógrafo, investigador coordenador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Especialista em políticas urbanas e ordenamento do território. Foi Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e pró-Reitor da Universidade de Lisboa. É membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS¹

¹ O texto que se segue é da exclusiva responsabilidade do coordenador e dos cocoordenadores do Encontro. As ideias apresentadas não exprimem, nem vinculam, posições da Câmara Municipal de Lisboa.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta dos guiões, testemunhos e debates das oito sessões do *Encontro de Urbanismo 2020*, realizadas entre 6 de julho e 9 de novembro no Centro de Informação Urbana de Lisboa – CIUL, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa (ver Programa em anexo). Tendo por tema “COVID 19 - Preparar as Cidades para Riscos Globais”, o Encontro pôs especialistas e cidadãos a refletir sobre o significado da Covid-19 a partir de uma *perspetiva de cidade*. O objetivo foi cruzar visões e vivências distintas sobre esta pandemia, dando voz a quem estuda a cidade e a quem a vive diariamente, não só para compreendermos melhor a situação atual à luz dos ensinamentos do passado, mas também para pensarmos mais estrategicamente o futuro a partir do que aprendemos com o presente. Embora centrado na pandemia Covid-19, este Encontro tem uma ambição mais vasta: suscitar uma maior consciencialização em relação à urgência de prepararmos as cidades para riscos globais que, pela sua gravidade, podem constituir verdadeiros *riscos existenciais*, isto é, que colocam em causa formas de existência humana e não-humana tal como as conhecemos hoje.

O texto que se segue não corresponde a um resumo, impossível de efetuar dada a riqueza dos contributos, nem a uma síntese, irrealizável dada a diversidade de pontos de vista presentes ao longo das várias sessões. Mas, como não poderia deixar de ser, o texto procura integrar as ideias essenciais expostas e debatidas no âmbito do Encontro. A narrativa, essa sim, é da responsabilidade do coordenador e dos cocoordenadores. Esta narrativa tem um fio condutor coerente baseado numa *perspetiva valorativa*, isto é, guiada por uma *ideia-chave* – a *cidade como bem comum* –, um *valor supremo* – a *vida biológica, individual e coletiva* –, e um *desígnio último*: a *cidade do bem-viver*. Uma narrativa que procura alinhar o debate sobre o futuro de Lisboa com debates em curso mais alargados sobre futuros desejáveis e possíveis para o País, a Europa e o planeta.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



FOCUS GROUP COM A PARTICIPAÇÃO DE CIDADÃOS



ENQUADRAMENTO

1 No livro *A Era dos Extremos: a História do Século XX* (1914–1991), Eric Hobsbawm mostra-nos como o período que decorreu entre o início da Primeira Guerra Mundial e a queda da União Soviética foi marcado pela ocorrência de acontecimentos políticos e económicos intensos e com amplas repercussões à escala mundial. Passadas três décadas do limite temporal considerado pelo autor, é possível afirmar que a **era dos extremos não só se mantém como se acentuou em múltiplos domínios**, dos conflitos geopolíticos às desigualdades sociais, da degradação ambiental à globalização predadora, dos nacionalismos xenófobos aos antagonismos de base religiosa e étnica, dos inegáveis avanços da alta tecnologia à desigual capacidade ou possibilidade de a ela aceder.

2 O mundo está hoje mais interativo e integrado, graças, por exemplo, às tecnologias digitais e às cadeias globais de conhecimento, produção, distribuição e consumo. Paradoxalmente está também mais desigual e fragmentado, dado o modo diferenciado como

países, regiões e grupos controlam aquelas tendências e delas beneficiam. O mundo está, por isso, mais complexo e imprevisível. Neste contexto, os **riscos globais aumentaram exponencialmente**, tornando-se uma das expressões mais visíveis da “Era dos Extremos”.

3 O *World Economic Forum* tem vindo a apresentar anualmente o modo como esses riscos são percecionados e avaliados por um leque diversificado de inquiridos de empresas, universidades, governos, instituições internacionais e organizações não-governamentais, sistematizando-os em cinco tipos: económicos (7 riscos), ambientais (6), geopolíticos (7), societais (5) e tecnológicos (4)¹. Embora lhes sejam atribuídos graus distintos de plausibilidade de ocorrência e de impacto, todos eles apresentam uma **natureza sistémica no espaço** (afetam áreas do globo diversificadas e distantes do foco inicial), **efeitos duradouros no tempo** e uma significativa **interconexão**, o que amplia as suas consequências.

Económicos: Rebutamento de bolha de ativos; Colapso económico; Crises da dívida; Instabilidade de preços; Atividades económicas ilícitas; Estagnação prolongada; Choques na oferta e procura de mercadorias. **Ambientais:** Perda de biodiversidade; Falhas na ação climática; Clima extremo; Danos ambientais de origem humana; Desastres geofísicos; Crises de recursos naturais. **Geopolíticos:** Colapso multilateral; Fratura das relações interestatais; Geopolitização de recursos; Conflito interestatal; Colapso do Estado; Ataques terroristas; Armas de destruição maciça. **Societais:** Colapso da segurança social; Crises de subsistência; Erosão da coesão social; Falha das infraestruturas públicas; Doenças infecciosas. **Tecnológicos:** Migrações involuntárias; Negação da ciência; Deterioração da saúde mental; Desencantamento juvenil.

4 O desenvolvimento de **estratégias de adaptação por antecipação** torna-se, assim, fundamental numa **tripla ótica**: mais **imediate** (prontidão de resposta e ação), de **curto-médio prazo** (prevenção) e de **médio-longo prazo** (atuação sobre as causas dos riscos através de agendas de mudança transformadora).

5 Esta multidimensionalidade temporal das estratégias que visam lidar com os riscos globais implica a capacidade de diferenciar e articular diferentes formas de governança: **governança das emergências** (componente de reação e resposta imediata), **governança da resiliência** (componente de endurecimento de medidas preventivas) e **governança da transição** (componente de mudança estrutural baseada em agendas transformadoras).

6 As **idades**, pela exposição que têm em relação à maior parte dos riscos globais, mas também pelo facto de contribuírem de forma desproporcionada para muitos desses riscos, não os podem ignorar. No entanto, as autoridades urbanas não têm muitas das competências necessárias para intervir e nem sempre possuem uma visão estratégica abrangente para lidar com esses riscos, o que tem levado ao predomínio de ações reativas desenvolvidas imediatamente após ocorrências críticas,

isto é, tem conduzido à prevalência de uma lógica de respostas urgentes a situações de emergência desenvolvidas de forma mais ou menos casuística. Por outro lado, o facto de os riscos globais assumirem aspetos novos, e por isso desconhecidos, e exigirem respostas coordenadas por parte de diferentes instituições dificulta uma concretização imediata e eficiente da componente mais básica de governança – a governança das emergências.

7 É significativo que o *World Economic Forum* tenha considerado as **falhas de planeamento das cidades e respetivas infraestruturas** como um dos riscos globais atuais – neste caso interno, e não decorrente de uma ameaça externa – dados os problemas sociais, ambientais e sanitários daí decorrentes.

8 **Pandemias e cidades** têm uma longa história partilhada. A Grande Peste de Londres (1665/6) é um dos exemplos mais conhecidos e significativos: estima-se que tenha provocado a morte de cerca de 20% da população da cidade num período inferior a dois anos. Mas este caso de Londres está longe de ser único. A incidência de diversas pandemias nas principais cidades da Europa ao longo dos tempos é hoje relativamente bem conhecida nas suas causas e nos seus impactos imediatos, mas

também nos efeitos sobre o modo como as cidades passaram a ser pensadas, planeadas e geridas no período pós-crise. Dada a gravidade dos seus impactos, as pandemias têm promovido, não raro, a mudança.

9 A melhoria das condições de salubridade urbana, tanto nas habitações como nos espaços públicos, e uma maior aproximação à natureza têm surgido recorrentemente como dois dos efeitos mais visíveis da ocorrência de pandemias nas cidades europeias. Sucessivas **revoluções higienistas** foram desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, alterando as concepções de 'boa cidade' e de 'bom urbanismo', levando a que as intervenções nas grandes aglomerações atribuíssem uma importância crescente a aspetos como a qualidade ambiental, a saúde pública ou a relação dos espaços urbanos com as áreas rurais envolventes.

10 A **pandemia da Covid-19** recolocou estas questões no centro do debate sobre a forma como as cidades têm vindo a desenvolver-se nas últimas décadas e sobre o futuro das **cidades** como modo de organização das sociedades e das economias, do **urbanismo** como teoria e praxis, e da **governança urbana** como processo de gestão urbana democrático, participado, justo e transparente.

11 O tema do **Encontro de Urbanismo 2020 - COVID 19 – Preparar as Cidades para Riscos Globais** – visou, justamente, suscitar um debate sobre Lisboa que, aprendendo com o passado, consiga identificar as relações frutuozas que é urgente construir entre um presente que vivemos intensamente, associado a uma crise sanitária, económica, social e cultural com elevados custos emocionais e financeiros, e um futuro, por muitos visto como demasiado distante ou como um mero retorno ao passado recente, inevitavelmente marcado pelo agravamento da ocorrência e do impacto dos vários riscos globais.

12 Estudos sobre aspetos muito distintos da **Covid-19** têm vindo a mostrar que a pandemia desencadeou **quatro grandes tipos de efeitos**. Em primeiro lugar, deu maior visibilidade às debilidades estruturais em domínios tão diferentes como a vulnerabilidade dos grupos socioprofissionais e etários mais expostos e suscetíveis, a limitação de meios humanos e financeiros dos serviços públicos e das organizações sociais, ou a fragilidade financeira de muitas empresas – **efeito revelador**. Em segundo lugar, acelerou tendências que, embora em ascensão, não tinham ainda atingido uma expressão muito relevante, como o teletrabalho ou a distribuição ao domicílio – **efeito acelerador**. Em terceiro lugar, provocou a desconfiguração

de parte da nossa matriz de leitura e interpretação da realidade e o consequente questionamento de opções e soluções até então prevaletentes – **efeito desordenador**. Finalmente, estimulou o desenvolvimento de ações positivas por parte dos cidadãos, do estado e das empresas que poderão, eventualmente, constituir o embrião de mudanças estruturais positivas nos modelos de produção, distribuição e consumo e nos estilos de vida, incluindo as relações humanos-planeta – **efeito potencialmente disruptor**.

13 Os estudos sobre os **impactos da Covid-19 nas cidades** têm salientado esses quatro grandes tipos de efeitos. A vulnerabilidade desigual do ponto de vista etário, socioprofissional e habitacional (idosos, trabalhadores desqualificados e precários, bairros pobres e degradados), o reforço da micrologística e dos circuitos curtos de distribuição (venda direta do produtor ao consumidor, televendas), os efeitos nefastos de uma excessiva especialização em torno de atividades baseadas em procuras externas que não controlamos (turismo, por exemplo) e a emergência espontânea de novas formas de solidariedade social por parte da sociedade civil (confecção de máscaras comunitárias para distribuição gratuita pelos vizinhos, serviços de cuidado a idosos e outros grupos vulneráveis) são aspetos que ilustram, respeti-

vamente, os efeitos revelador, acelerador, desordenador e potencialmente disruptor antes referidos.

14 Do ponto de vista urbanístico, a **resposta pública, sobretudo por parte das autarquias, centra-se no segundo tipo de efeitos (acelerador)**: consolidar tendências em emergência, mas ainda insuficientemente expressivas. De facto, na generalidade das cidades europeias verificou-se a aceleração de intervenções de urbanismo tático (soluções reversíveis, pontuais e tendencialmente temporárias no espaço público: multiplicação de esplanadas, alargamento de áreas pedonais, etc.), de soluções baseadas na natureza (espaços públicos de conciliação entre a cidade e os ecossistemas naturais), de ações que se integram no esforço global de descarbonização da economia (mobilidade suave, eficiência energética) e de medidas de valorização das lógicas de proximidade. Nenhuma dessas tendências é nova e, embora recentes, concretizam princípios já consagrados nos discursos das instituições internacionais e de muitos governos.

15 A **concentração inicial das respostas urbanísticas neste tipo de efeitos não surpreende**. As vulnerabilidades estruturais tornadas agora mais visíveis (efeito revelador) terão de ser combatidas

através de medidas igualmente estruturais. E os efeitos desordenador e disruptor, pela sua própria natureza, demoram tempo a ser superados, no primeiro caso, ou a ganhar escala, influência e efetivo poder transformador, no segundo.

16 Também não surpreende, pelas mesmas razões, que a maior parte das intervenções desenvolvidas neste período assente numa ótica de **projeto urbano** e não de planeamento estratégico da cidade.

17 Durante o período de confinamento, o funcionamento das cidades ficou como que suspenso. Assistimos à **reformulação de todo o tipo de fronteiras**: nós e os outros; perto e longe; casa e exterior; locais privados e espaços públicos; bairros residenciais e áreas de concentração de emprego; comércio básico de rua e grandes superfícies, espaço construído e natureza. A casa ganha uma nova centralidade, tornando-se um espaço multifuncional em que todos os usos são reforçados, passando a ser habitação, creche, sala de aula, escritório, ginásio, cinema, armazém de produtos que poderão vir a faltar. Pelo contrário, os espaços de trabalho e de circulação da cidade ficam vazios, silenciosos. Ao mesmo tempo, a natureza, através de insetos, pássaros e outros animais, de sons e aromas agora perceptíveis, invade a cidade, que apresenta um ar mais limpo e passeios menos sujos.

18 Mais do que a suspensão da cidade, esta é a **suspensão da cidade moderna**, construída com base na ocultação (linhas de água) ou domesticação (jardins desenhados) dos diferentes elementos da natureza, na intensidade e diversidade das interações interpessoais, na especialização e segmentação social dos vários espaços urbanos, na expansão suburbana, na mobilidade centrada no transporte privado individual e no transporte público de massa.

19 Mas se o período de confinamento levou à suspensão dos fluxos físicos de pessoas e, em grande medida, de bens, ele correspondeu, ao mesmo tempo, à explosão dos fluxos imateriais baseados nas tecnologias de informação e comunicação, acentuando a desmaterialização da cidade: trabalho remoto, ensino à distância, vendas *online*, recurso a serviços de *take-way*. O prefixo 'tele' torna-se onnipresente: teletrabalho, telescola, telecompras, telemedicina... O período de confinamento suspendeu não só os traços essenciais da conceção moderna de cidade, mas também a essência da cidade convencional: a **cidade dos lugares**, das morfologias urbanas, da vida de bairro, dos cafés e de outros lugares físicos de convívio social e participação cidadã.

20 O período pós-confinamento, com a reabertura do comércio e o regresso às escolas e ao trabalho, confrontou-se, pouco tempo depois, com a intensificação do número de infetados, doentes graves e mortos: **a cidade pós-confinamento não é ainda a cidade pós-pandemia**. Mantêm-se, por isso, as regras de distanciamento físico, um conceito estruturalmente contraditório com a ideia de cidade. E se é verdade que se retomam muitos dos comportamentos pré-Covid-19, também é certo que persistem na cidade usos do tempo e do espaço e modos de apropriação urbana que emergiram ou se expandiram durante o período de confinamento.

21 Que **aprendemos** de útil durante os períodos de confinamento, desconfinamento e regresso mitigado à vida coletiva nos locais de trabalho, consumo e circulação, nos espaços públicos ou privados mas de uso público, no sentido de as cidades se prepararem melhor para futuras pandemias e, de forma mais genérica, para se adaptarem por antecipação aos impactos de riscos globais como fenómenos climáticos extremos, crises alimentares, desastres naturais, ataques a infraestruturas críticas, escassez de água, ciberataques, etc.? Será que levamos agora mais a sério as debilidades estruturais reveladas ou acentuadas pela pandemia Covid-19? As tendências aceleradas por esta pandemia – umas posi-

tivas, outras inócuas, mas outras sem dúvida negativas – serão efémeras ou duradouras? Sendo efémeras mas desejáveis, como potenciá-las? A desconfiguração parcial dos nossos sistemas de leitura da cidade e da ordem social e económica prevalecente contém algum potencial transformador positivo? As práticas disruptivas, baseadas em novos modelos de produção, distribuição e consumo guiados por valores de sustentabilidade, parcimónia e justiça, pré-anunciam uma nova economia e uma nova sociedade, novos estilos de vida, novas relações entre gerações?

22 Após esta pandemia, tudo ficará basicamente na mesma. Depois desta pandemia, nada será como dantes. Afastemo-nos de ambas as afirmações, para colocar as questões que realmente interessam: **Tendo em conta o que aprendemos com esta pandemia, que cidade queremos? E como chegar a ela: melhorando e aprofundando a cidade atual ou reinventando-a como por diversas vezes sucedeu ao longo da história da humanidade?**

23 Será certamente excessivo pensar que os impactos diretos da Covid-19 do ponto de vista sanitário, social, económico, cultural e geopolítico irão alterar as estruturas profundas das sociedades e economias atuais. Será seguramente

curto ver nas alterações ocorridas durante este período meros epifenómenos que se desvanecerão por inteiro e com rapidez passados os efeitos mais diretos da pandemia. **Mas seria sobretudo deplorável que nada aprendêssemos com uma situação que tanto afetou – e tanto irá ainda afetar – as nossas vidas individuais e coletivas.**

24  **Que cidade pós-pandemia que-remos então?** A história mostra-nos como o combate à insalubridade nas cidades esteve sempre presente em novas conceções de urbanismo e de cidade: lembremo-nos da cidade-jardim de Ebenezer Howard, das intervenções urbanísticas de George-Eugène Haussmann em Paris e de Ildefonso Cerdá em Barcelona, do conceito de cidade moderna de Le Corbusier. E o presente mostra-nos que alguns países veem na atual pandemia um motivo suficientemente forte para justificar um novo conceito de cidade.

25  No Japão foi recentemente aprovada (maio de 2020) a **Iniciativa ‘Supercidade’**, que corresponde a um aprofundamento do conceito, na sua versão mais tecnológica, de *smart city*. Recorrendo a tecnologias inovadoras, soluções de inteligência artificial e uso intensivo e partilhado de dados provenientes de serviços públicos e de empresas através de plataformas

interconectadas, estas cidades, baseadas em parcerias público-privadas, centram-se em particular nos domínios da mobilidade (veículos autónomos), do ensino (à distância) e da saúde (telemedicina).

26  Uma década antes, ainda longe do início da Covid-19, a China tinha lançado a **iniciativa “Cidades Seguras”** com o objetivo de garantir a segurança pública entendida em sentido amplo: segurança política, económica e social. Este conceito abrangente e integrado de segurança incluía, por isso, aspetos tão distintos como o controlo do crime, o acesso à habitação, a gestão de tráfego, o combate à poluição ou o aumento da eficiência energética. O conceito de *smart city* era colocado em prática através de um forte investimento em infraestruturas e equipamentos sofisticados de videovigilância e de segurança eletrónica. Com a crise provocada pela Covid-19, esse investimento permitiu o rápido desenvolvimento de uma série de ‘soluções anti-epidémicas’ baseadas numa perspetiva de gestão preventiva do risco através de uma vigilância e de um controlo cada vez mais apertados e intrusivos dos comportamentos individuais.

27  Embora distintas, as iniciativas Supercidade (Japão) e Cidades Seguras (China) têm em comum a **versão mais tecnológica do conceito de *smart city*** - tecnologias avançadas, soluções de inteligência

artificial e gestão integrada de grandes volumes de informação provenientes de diferentes fontes - e o facto de resultarem de programas concebidos de forma centralizada pelas respetivas **entidades governamentais.**

28  Nos casos do Japão e da China as **tecnologias** surgem, por uma questão de eficácia e/ou de controlo, no centro da gestão reativa ou preventiva dos riscos de natureza sistémica, sejam eles de âmbito nacional ou global. Será este o caminho a percorrer para tornar as nossas cidades menos vulneráveis aos vários riscos globais? As intervenções dos oradores convidados para as várias sessões do *Encontro de Urbanismo 2020* organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, bem como as opiniões dos peritos consultados e as sugestões dos cidadãos escutados na rua ou durante os vários grupos de discussão (*focus groups*), apontam para uma perspetiva mais abrangente.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



A CIDADE
QUE APRENDE
COM O PASSADO

1 O **passado** não se repete. Mas com ele aprendemos sempre, porque muitos aspetos são recorrentes ainda que sofram metamorfoses ao longo do tempo em função dos contextos de cada período. Da mesma forma, o **futuro** não é uma mera projeção do presente. Pelo contrário, é hoje que teremos de preparar o futuro que desejamos e, ao mesmo tempo, tentar evitar o futuro que não queremos ou, pelo menos, minimizar preventivamente os impactos negativos de que iremos ser previsivelmente vítimas nos próximos tempos. Estas afirmações ganham particular relevância em situações de crise e de catástrofe.

2 Retirar **lições** de pandemias passadas, mas também de outro tipo de eventos extremos e incontrolados, é indispensável quando queremos preparar melhor as cidades para os efeitos de qualquer risco global. De facto, conhecer os efeitos imediatos de crises ou catástrofes do passado, bem como as medidas de recuperação pós-evento, permite-nos **avaliar melhor o presente e pensar de modo mais estratégico o futuro**.

3 Do ponto de vista da **cidade**, as anteriores pandemias e o modo como a elas se reagiu revelam alguns aspetos recorrentes. Por um lado, a prioridade atribuída à resposta imediata a situações de

emergência de saúde pública, adiando-se para um segundo momento o combate às causas da doença. Por outro, a incidência socialmente desigual dos impactos das pandemias, dado que afetam com intensidade desproporcionada grupos e comunidades marcados pela pobreza e pela debilidade das condições de higiene e salubridade em termos de habitação, local de residência e mobilidade. Em terceiro lugar, a importância, tanto das respostas de assistência e de natureza filantrópica (Igreja, famílias mais ricas, grandes empresários), centrada sobretudo numa ótica de apoio individual ou a pessoas sob sua dependência direta (empregados, por exemplo), como as do Estado, desenvolvidas numa perspetiva mais ampla de cidade.

4 As **respostas urbanas** às grandes pandemias têm assumido modalidades distintas, mas assentam genericamente no mesmo tipo de **elementos** (infraestruturas de saneamento público, equipamentos de cuidados de saúde, sistemas de abastecimento alimentar, soluções urbanísticas incluindo traçados e processos de ventilação mais saudáveis, espaços verdes e uma relação mais estreita entre a cidade e a natureza) e visam um mesmo **propósito**: garantir níveis básicos mais elevados de higiene, salubridade e qualidade de vida.

5 Dependendo da gravidade das pandemias, da importância das cidades afetadas e das condições políticas e económicas prevalentes, as respostas urbanas oscilam entre **medidas de mitigação** dos impactos mais negativos, num extremo, e **mudanças de paradigma de cidade e de urbanismo**, no outro.

6 Como atuar nestas situações de pandemias graves? **Melhorar e aprofundar os modelos urbanos existentes** ao nível do edificado e das condições de habitação, dos espaços livres e das áreas verdes, dos corredores urbanos e da mobilidade, ou adotar uma **nova ideia de cidade**, um **novo paradigma de urbanismo**? Esta é a questão que se coloca em todas as situações críticas de crise e pós-catástrofe. Quanto às respostas, elas têm variado em função do espírito do tempo e das circunstâncias particulares de cada ocorrência.

7 Os impactos das pandemias não se identificam por inteiro com os efeitos graves de outros riscos globais, embora partilhem com eles aspetos semelhantes ou convergentes. Por outro lado, o que consideramos hoje como condições básicas de qualidade de vida nas cidades dos países mais desenvolvidos pouco tem a ver, à exceção de enclaves urbanos e suburbanos de pobreza estrutural persistente, com os problemas de

higiene e salubridade com que as pandemias se confrontaram historicamente na Europa. Retirar **lições do passado** e mobilizar **aprendizagens do presente** para o futuro é, pois, um exercício tão **necessário** quanto **delicado**.

8 Aspetos distintos como as novas tecnologias de informação e comunicação, as soluções de inteligência artificial, as exigências de participação cidadã ou a emergência de novas formas de governança em contexto urbano colocam hoje a relação pandemia-cidade, ou de forma mais genérica crises globais-metrópoles, num patamar qualitativo muito diferente. E sendo verdade que é essencial, como em todas as situações anteriores de pandemia e catástrofe, a existência de conhecimento científico, instituições eficientes, recursos adequados, comunicação pedagógica e literacia em saúde, também é certo que conceitos como higiene (privada e pública) e saúde (física, mental, pública) evoluíram de forma bastante expressiva nas últimas décadas. Não se trata, então, apenas do facto de debater uma outra realidade. Estão em causa uma outra **cultura de cidade**, uma nova ética do cuidado, uma nova visão sobre os vários **sistemas de vida que compõem uma cidade**, conduzidas por um novo desígnio: a construção de uma cidade que se deseja sustentável, inclusiva e inovadora, mas mais do que isso, uma cidade que seja verdadeiramente **regeneradora**.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS

Vitor Clino



A CIDADE
COM EMOÇÕES

1 Os **riscos globais** traduzem-se por crises, catástrofes, eventos inesperados marcados pela violência com que ocorrem e pela gravidade dos impactos produzidos. Estes eventos suscitam situações de incerteza e medo, criam ansiedade, sofrimento ou mesmo depressão nos mais afetados, mas também sentimentos de gratidão e privilégio entre os mais apoiados, menos prejudicados ou não atingidos.

2 Os riscos globais associam-se, portanto, a uma multiplicidade de **emoções**, que se prolongarão tanto mais no tempo quanto mais dolorosas e profundas forem. Sabemos que assim é através da história das grandes crises políticas, económicas e sanitárias. E vivemos essas realidades recentemente, com duas crises consecutivas - a crise financeira iniciada em 2007/8 e a crise pandémica atual - que depressa extravasaram o seu foco inicial pela amplitude das consequências negativas que desencadearam em diferentes domínios: desemprego, pobreza, exclusão social, etc.

3 As emoções condicionam o **modo como nos sentimos, comportamos e relacionamos uns com os outros**. Ao colocarem em causa a nossa segurança, felicidade e bem-estar, as crises e as catástrofes originam emoções particularmente intensas. Estas emoções apresentam um

espectro alargado, podendo ser tanto negativas como positivas, manifestam-se de forma desigual nos vários grupos sociais e etários, e perduram no tempo também de modo diferenciado.

4 A **cidade**, pela sua dimensão, diversidade e complexidade, é um verdadeiro laboratório de observação das relações que se podem gerar entre riscos globais, emoções e transformação da vida quotidiana dos indivíduos, das famílias e das comunidades, mas também das empresas ou de qualquer outro tipo de organização. **Pensar a cidade** implica, pois, captar e entender essas emoções. E **pensar a adaptação das cidades aos impactos dos riscos globais** significa prepará-las para gerir essas emoções na tripla ótica da contingência (hoje), da prevenção (amanhã) e da resiliência (depois de amanhã).

5 O que aprendemos com a atual pandemia sobre **crises e emoções na cidade**, tanto na fase de confinamento como nos períodos de incerteza e insegurança que se lhe seguiram? Sabemos agora de forma mais clara que as situações de isolamento e tristeza, solidão e desamparo, convívio forçado e violência, coexistem com movimentos de entreatajuda e solidariedade, de cuidado pelo outro, mas também com comportamentos individuais de autocuidado,

através de uma maior valorização do exercício físico, da proximidade da natureza, do usufruto de espaços públicos, de convívio com animais de companhia.

6 A **adaptação emocional** pressupõe, portanto, a capacidade de se construir novas rotinas, novos equilíbrios, novas formas de viver. É deste ponto de vista que a **cidade** – enquanto espaço onde as pessoas vivem – é relevante. O seu papel é o de se preparar, ela própria, para a **incerteza**, e, ao mesmo tempo, o de criar condições para que as pessoas e as organizações ganhem as **capacidades e competências** adequadas para o fazer ao nível individual e coletivo.

7 Uma **cidade mais resiliente** é uma cidade que estimula a resiliência dos grupos, atividades e territórios mais expostos e suscetíveis, e por isso mais **vulneráveis**, aos impactos dos vários riscos globais. A pandemia da Covid-19 mata por si, mas sobretudo pelas **situações individuais negativas de comorbidade** a que se associa. A cidade cria oportunidades por si, mas o seu traço distintivo é a capacidade de suscitar **situações coletivas positivas de covitalidade**.

8 Lidar com os impactos dos riscos globais, tanto na ótica de resposta a situações de emergência, como nas perspetivas de prevenção e de resiliência a médio prazo, é lidar com **emoções associadas a contextos extremos e excecionais**. É por isso que, nestes contextos, as **soluções securitárias** tecnológicas e estandardizadas, por mais decisivas que sejam, nunca poderão constituir o centro das ações a desenvolver nas cidades por autoridades urbanas democráticas. É também esse o motivo que leva a afirmar que as **soluções higienistas**, por muito necessárias, sofisticadas e abrangentes que sejam, não são suficientes.

9 A cidade enquanto espaço de **desesperanças**, que é preciso superar, e de **esperanças**, que é necessário construir, mexe com emoções profundas, que condicionam atitudes, comportamentos e práticas, ou seja, que influenciam o modo como a cidade, na sua complexidade, é percebida, lida, usada e apropriada por cidadãos diversificados nas suas motivações e desiguais nas suas necessidades. **Não há cidade sem emoções. Porque não existe vida urbana que possa prescindir das emoções, nem intervenções urbanas aquém ou além das emoções.**

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



A CIDADE
DO BEM-ESTAR

1 A fase de confinamento **suspendeu** de tal forma o funcionamento das cidades que provocou uma assinalável melhoria da qualidade do ar, com menos emissões de CO2 e níveis de poluição mais baixos, uma acentuada diminuição dos níveis de ruído, dada a supressão quase total do tráfego viário, ferroviário e aéreo, e até uma significativa e surpreendente presença sensorial e física da natureza, através de sons, aromas e animais que associamos a áreas não urbanas. A pandemia tornou também mais visível a importância da existência de **espaços exteriores de qualidade** para a saúde e o bem-estar de todos. E mostrou ainda como a cidade é **desigual**, ao aumentar a visibilidade do contraste que se verifica entre as áreas esquecidas do ponto de vista urbanístico, tanto centrais como periféricas, e as áreas conservadas, reabilitadas, requalificadas ou recentemente produzidas.

2 Num contexto de pandemia, a **saúde e o bem-estar físico e emocional** ocupam uma posição cimeira entre as preocupações dos cidadãos. Estes percebem melhor, não a partir de uma visão teórica e abstrata de ‘boa cidade’ mas antes das suas vivências diárias, que a pandemia obriga a repensar os espaços urbanos tendo por base novos valores, novas interações e novas prioridades. E compreendem que esta transformação exige uma nova

noção de **vida** (humana e não-humana), de **viver** e de **conviver**.

3 A noção de **viver na cidade e a cidade** com mais saúde e bem-estar pressupõe redefinir a relação cidade-natureza, melhorar o uso dos diferentes espaços urbanos e democratizar o acesso e a apropriação dos espaços públicos pelos cidadãos. Mas pressupõe, sobretudo, uma redefinição integrada desses três aspetos.

4 A cidade é constituída por espaços edificadas, de circulação e não construídos. Os **espaços livres de edificação**, correspondendo ou não a espaços verdes, são os que melhor garantem uma articulação positiva entre os distintos tipos de espaços da cidade e os quatro elementos essenciais para qualquer tipo de vida: água, solo, ar e alimentos. É verdade que a qualidade do edificado (eficiência energética, conforto térmico, ventilação adequada, etc.) e dos modos de transporte (mobilidade elétrica, modos de transporte suave) é fundamental para a saúde e o bem-estar individual e para a qualidade ambiental urbana. Mas, numa ótica de **justiça ambiental e territorial**, são os **espaços livres de edificado**, através das suas características e das condições de uso e apropriação pelos cidadãos, que mais podem **transformar o conjunto da cidade numa fonte de saúde e bem-estar para todos**.

5 Os aspetos positivos sentidos durante o período de confinamento não resultaram de uma gestão proativa desses espaços. Eles foram uma consequência da **suspensão temporária das atividades** que mais contribuem para a degradação da qualidade ambiental, prejudicando as condições de saúde e bem-estar. O retomar dessas atividades implicou, por isso, o regresso a níveis de poluição e de ruído que tendem a aproximar-se dos que se observavam no período pré-pandemia.

6 Aos poderes públicos, e sobretudo às autarquias, cabe garantir a conservação e expansão de áreas verdes urbanas, a mobilização dos restantes **espaços não edificados** de modo a garantir a qualidade dos elementos básicos de vida na cidade - água, solo, ar e sistema alimentar (produção, distribuição, consumo e valorização dos desperdícios) – e um **melhor uso, e também novos usos**, desses espaços pelos cidadãos.

7 A pandemia acentuou o reconhecimento da importância de dinâmicas já em curso, como o desenvolvimento de soluções de base natural nos edifícios (medidas de conforto bioclimático) e espaços não construídos (infraestruturas verdes urbanas) ou a expansão das hortas urbanas, como forma de fazer face às crises sanitária e alimentar. Mas ao obrigar a repensar

as **nossas concepções de (con)viver e (co)habitar**, a pandemia leva-nos mais longe: conduz-nos à ideia de **cidade como fonte de vida biológica, individual e coletiva** e, assim, de saúde e bem-estar, coligando objetivos tão distintos como justiça ambiental, segurança alimentar, sustentabilidade, inclusão social e equidade socioespacial.

8 A **cidade moderna**, pelos modelos de produção, distribuição, consumo e expansão física em que assentou o seu funcionamento e crescimento, transformou-se no principal foco planetário de uso de recursos finitos, emissão de gases com efeito de estufa e produção de resíduos poluentes, ou seja, num local de destruição, degradação e desperdício. Tornou-se portanto, a par das muitas oportunidades que cria a quem delas pode beneficiar, numa fonte de **erosão da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar** dos seus residentes, mas também de quem aí se desloca por questões de trabalho, acesso a serviços especializados, lazer ou turismo.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



A CIDADE
DE PROXIMIDADE

1 A pandemia estimulou as relações baseadas na **proximidade geográfica** por duas razões principais. Por um lado, e sobretudo na fase de confinamento, a suspensão de muitas atividades (trabalho, ensino, etc.) e os condicionalismos à mobilidade recentraram o dia-a-dia das pessoas e das famílias nas suas casas e nos estabelecimentos mais próximos de bens e serviços essenciais que se mantiveram abertos, como a mercearia, o café, a farmácia ou o quiosque de venda de jornais e tabaco. Por outro, porque foram desenvolvidas, por iniciativa individual, de associações da sociedade civil ou das juntas de freguesia, diferentes formas de entajuda e apoio a idosos, desempregados, sem-abrigo e outras pessoas em situação vulnerável. Neste contexto, reforçaram-se as ligações pessoais com funcionários dos estabelecimentos mais próximos ou membros de entidades locais, transformados agora em focos ou mediadores da escassa sociabilidade possível, e estabeleceram-se relações entre vizinhos e organizações que até então se desconheciam ou simplesmente se ignoravam, não cooperando entre si.

2 Este **efeito de proximidade geográfica** durante a fase de confinamento foi no entanto muito **desigual**, acentuando a diferença existente entre os bairros, tanto de classe média como populares, bem dotados de **comércio e serviços** e

com **espaços públicos** onde era possível fazer exercício físico, caminhar e correr, e aqueles em que o défice dessas duas componentes dificultava uma articulação entre a casa e o espaço urbano envolvente. A incidência desigual do efeito de proximidade geográfica revelou ainda que neste contexto restritivo os **bairros planeados** deram, em geral, uma melhor resposta aos residentes. O efeito positivo da proximidade geográfica surge, assim, fortemente associado à existência e qualidade do comércio local e dos espaços públicos, mas também a intervenções de planeamento urbano.

3 O recurso mais intenso à vida de bairro tornou-se sobretudo evidente a partir da fase de desconfinamento, tanto mais que as situações de teletrabalho, mesmo que intercaladas com trabalho presencial ao longo da semana, permaneceram relevantes em cidades com grande peso das atividades de serviços públicos e privados, como Lisboa. A pandemia da Covid-19 veio, assim, relançar o debate sobre o **papel dos bairros na vida das cidades** e sublinhar a pertinência do primeiro eixo de desenvolvimento urbano da Visão Estratégica 2010: “Lisboa, uma cidade de bairros”. **Mas não se trata de regressar ao passado.** Os bairros de hoje, e, por maioria de razão, os do futuro, **combinam características intemporais com particularidades novas.**

4 O que **mudou**, ou foi **acelerado**, durante o contexto de pandemia neste domínio? Talvez o mais importante tenha sido a descoberta de que **as cidades podem funcionar de uma outra maneira**, se forem valorizados aspetos como os seguintes:

- i) Uma **visão dos espaços públicos como elementos estruturantes do funcionamento da vida urbana**, isto é, não apenas como espaços geograficamente dispersos de embelezamento, lazer e consumo, mas como espaços que sejam ao mesmo tempo integradores (ao nível da cidade e do bairro), pluri-funcionais, porosos (forte articulação com o comércio, por exemplo), flexíveis (capacidade de um rápido ajustamento a novos usos), confortáveis, seguros, sujeitos a uma gestão mais participada pelos cidadãos e envolvendo diferentes atores públicos e privados;
- ii) **A consciência de que o espaço público em cidades consolidadas é finito**, o que implica uma dupla aposta: a requalificação dos espaços públicos existentes e a produção de novos espaços públicos;
- iii) Uma **visão aberta de comércio de proximidade**, ou seja, um comércio localmente enraizado mas que não se limita a servir os residentes da área onde se situam, conjugando a procu-

ra dos consumidores que se deslocam às lojas a pé com as vendas *online* e a distribuição ao domicílio, combinando uma lógica de contiguidade espacial morfológicamente bem definida e estável com uma organização em rede sem delimitações precisas e rígidas;

- iv) **A consciência de que em muitas situações a ocupação do piso térreo dos edifícios por atividades de comércio e serviços é essencial para a manutenção da vida de bairro**, o que significa a necessidade de uma certa especialização dos bens e serviços disponibilizados, não os reduzindo aos de natureza mais básica, e a sua viabilização financeira através do efeito de escala alcançado pelo reforço das vendas *online* e da componente de *takeaway*;
- v) **Uma visão aberta de bairro**, isto é, que considere a realidade ‘bairro’ não como um enclave urbano autocentrado e com uma identidade excludente “dos outros”, mas como um espaço articulado com os bairros vizinhos e com os eixos de mobilidade de âmbito metropolitano, reconhecendo que as deslocamentos intermunicipais não se prendem apenas com os movimentos gerados a partir de casa (casa-trabalho, casa-local de estudo e casa-locais de consumo e lazer), mas também com modelos familiares e residenciais

cada vez mais policêntricos (regime de residência alternada dos filhos, papel dos avós em relação às crianças, etc.);

- vi) A consciência de que, no futuro, o **conceito de bairro** terá de conjugar o facto de, por um lado, as **pessoas passarem (muito provavelmente) mais tempo em casa e valorizarem mais as deslocações a pé** e, por outro, a tendência de **crescente desmaterialização** de muitas das dimensões da vida quotidiana individual e coletiva;
- vii) A consciência de que a ação pública a favor deste **novo funcionamento terá de conjugar respostas rápidas e flexíveis** (projeto urbano, urbanismo tático), **planeamento urbano e metropolitano** (urbanismo formal) e **visão estratégica de longo prazo** (cartas estratégicas a 10 anos).

5 Alguns autores propõem conceitos como *vivência hiperlocal* para dar conta deste revigoramento das relações interpessoais de proximidade (janela, varanda, prédio, rua, praceta, quarteirão, bairro). A **escala pedonal** ganha uma centralidade crescente: o conceito da ‘cidade do quarto de hora’, em que todos os cidadãos podem aceder a equipamentos e serviços essenciais ou a espaços verdes caminhando no máximo 15 minutos, foi adotado em Paris

e entretanto replicado noutras cidades. E algumas grandes insígnias do domínio dos produtos alimentares, do vestuário e do mobiliário tinham já iniciado antes da pandemia a abertura de ‘lojas de bairro’, em contraste com o anterior modelo de localização em grandes superfícies comerciais. **Mas não é o bairro que está de volta à cidade. É a cidade que está de regresso ao bairro, a um conceito renovado de bairro.**

6 É este **novo conceito de bairro** que temos de entender de forma mais aprofundada. Quais são, por exemplo, os **elementos estruturantes** destes bairros, os equipamentos que contribuirão para tecer uma **vida relacional de proximidade** como anteriormente o fizeram os mercados, as escolas, as igrejas e ... as esquadras da polícia? E em que medida a definição desses elementos estruturantes deverá integrar-se numa visão mais ampla de adaptação por antecipação aos impactos dos riscos globais?

7 Dispomos de múltiplas **soluções inspiradoras** desenvolvidas noutras cidades neste domínio. Por exemplo, o Projeto Oasis, concebido no âmbito da estratégia de resiliência de Paris aprovada em 2017, que visa transformar as escolas em locais onde, através de processos envolvendo os próprios alunos, as componentes pedagógica e lúdica se associam a objetivos

tão distintos como o combate às ondas de calor ou às vagas de frio, o aproveitamento das águas pluviais, a disponibilização de produtos alimentares frescos, o apoio a atividades locais (construção de equipamento para parques infantis, por exemplo) e o acolhimento de iniciativas da comunidade envolvente durante os períodos de férias e os fins de semana.

8 Neste projeto, os quatro elementos básicos de vida referidos a propósito da cidade do bem-estar – água, solo, ar e sistema alimentar (produção, distribuição, consumo e valorização dos desperdícios) – estão, portanto, presentes. Mas a iniciativa é mais ambiciosa, ao visar criar espaços de interação que vão para além da escola e da comunidade escolar. **A Cidade do Bem-Estar e a Cidade de Proximidade geográfica e relacional não coincidem, mas devem reforçar-se reciprocamente.**

URBAN PLANNING

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



OLÁ,
HUMANIDADE!

HELLO,
HUMANKIND!

TEATRO
NACIONAL
D. MARIA II



A CIDADE
DAS OPORTUNIDADES

1 ☀️ 'A única certeza é a incerteza'. Quando vivemos em pleno período de turbulência, esta é uma afirmação que parece fazer sentido, sobretudo ao falarmos sobre o futuro. Contudo, uma observação atenta dos impactos da pandemia nas **atividades económicas** e nas **formas de organização do trabalho** na **cidade** permite-nos, não prever o futuro, mas retirar algumas ilações e apresentar sugestões no que se refere a intervenções urbanas que favoreçam o desenvolvimento de uma **base económica urbana mais sustentável e inclusiva**.

2 ☀️ Os impactos da Covid-19 nas atividades económicas da cidade foram muito **diversificados**. Outra situação não seria de esperar, dada a variedade de setores e de empresas própria das áreas urbanas. Por exemplo, as empresas que desenvolvem aplicativos ou que recorrem a sistemas digitais de trabalho e de consumo encontraram no período de confinamento uma nova oportunidade de mercado ou, pelo menos, conseguiram ajustar-se mais rapidamente através de estratégias ágeis de adaptação. Pelo contrário, atividades muito dependentes da procura externa, como o turismo, ou empresas financeiramente muito frágeis, como grande parte do pequeno comércio retalhista, regrediram de forma muito acentuada.

3 ☀️ No entanto, do **ponto de vista da cidade** a questão não é tanto analisar o comportamento dos diferentes tipos de atividades e de empresas em si, mas antes o modo como o **funcionamento da cidade é afetado pelas dinâmicas económicas em contextos de crise e pode influenciar positivamente a sua retoma, e, sobretudo, que lições retirar para melhor preparar neste domínio a capacidade de desenvolver respostas urbanas ao impacto de riscos globais no futuro**.

4 ☀️ Os efeitos da pandemia vieram lembrar-nos os riscos associados a situações de **excessiva especialização e/ou concentração geográfica**, em particular quando se trata de atividades que promovem uma rede localizada de interdependências. O turismo e as áreas de escritórios constituem os exemplos mais claros dessas situações. A suspensão do primeiro, por ausência de turistas, e o esvaziamento das segundas, como consequência da generalização do recurso ao teletrabalho, desencadearam um impacto negativo em domínio sobre múltiplas atividades complementares ou de apoio, com destaque para a restauração e o comércio.

5 ☀️ Na história do planeamento urbano, a **monoespecialização** de determinadas áreas da cidade ou um rígido zonamento

funcional por tipos de usos (espaços residenciais, industriais, de escritórios, etc.) têm sido considerados, conforme as visões prevalentes em cada época, como uma vantagem ou como um risco. A verdade é que o efeito multiplicador que determinadas atividades desencadeiam em períodos de crescimento ao retirarem partido dessa especialização funcional e proximidade geográfica rapidamente se pode transformar num efeito de **implosão descontrolada e territorialmente concentrada**, em que não se consegue conter efeitos secundários indesejados. E sabemos, também, que os impactos dessa implosão descontrolada tendem a ser tanto mais acentuados quanto menos articulado estiver o 'edifício económico' em desmoronamento com atividades e populações preexistentes, como sucede nas áreas fortemente gentrificadas ou nos enclaves de construção nova.

6 ☀️ Paralelamente, o confinamento e as regras de segurança sanitária afetaram de forma violenta atividades frágeis do ponto de vista financeiro, com destaque para o comércio e a restauração tradicionais de bairro e as atividades culturais. Também neste caso ocorrem processos de implosão urbana descontrolada. Mas, ao contrário das situações referidas no ponto anterior, trata-se de uma **implosão difusa**, que contribui para cortar os laços diretos dos cidadãos com a vida da cidade, tanto

mais que em ambos os casos a casa, diretamente ou através dos consumos proporcionados por via digital e pela entrega de produtos ao domicílio, substitui a loja, o restaurante, o cinema ou os locais de artes performativas. Neste caso, são as áreas residenciais e os espaços urbanos consolidados os mais afetados.

7 ☀️ Sobretudo numa capital, que concentra um grande número de entidades públicas (ministérios, direções-gerais, institutos, autarquia, agências municipais, etc.), a administração central e local merece um destaque particular pelo impacto que tem na cidade, dado o total de pessoas que mobiliza (funcionários e utentes), a procura de transportes públicos que gera e a dinamização de diferentes tipos de comércio e serviços, tanto pessoais como às empresas, que promove. Neste caso, o impacto do período de confinamento e do recurso ao teletrabalho traduziu-se por uma **implosão distribuída e polinucleada**, acompanhando a distribuição geográfica das entidades públicas pela cidade, que inclui áreas de concentração, como a Baixa ou o eixo da Avenida da República, mas também uma significativa dispersão por grande parte do espaço urbano.

8 Finalmente, e em contraste com os casos anteriores, os **ecossistemas localizados de inovação** baseados em *spin-offs*, *start ups* e outras pequenas empresas de base digital e tecnologia avançada não tiveram de introduzir medidas significativas de ajustamento nas formas de organização do trabalho, e beneficiaram mesmo do período de confinamento ao darem resposta a novas necessidades de interação entre pessoas, empresas e administração que foram emergindo neste contexto.

9 **Quatro ilações** principais podem ser retiradas dos diferentes casos apresentados:

- i) Em primeiro lugar, a extrema prudência com que será preciso lidar, quer com *atividades muito expostas a procuras externas que não é possível controlar* (turismo, por exemplo), quer com os *grandes projetos arquitetónicos de edifícios de escritórios*.
- ii) Em segundo lugar, a urgência de desenvolver uma *nova estratégia de refuncionalização*, já não baseada na transformação de complexos fabris ou grandes armazéns desativados e abandonados, mas na renovação sistemática dos pisos térreos de troços selecionados de eixos de diferentes níveis hierárquicos (principais vias da cidade, ruas centrais dos bairros, etc.), onde o número de

falências ou a incapacidade financeira de modernização e especialização por parte dos proprietários põem em causa o papel dos pisos térreos como âncoras regeneradoras da vida urbana em articulação com os usos dos espaços públicos.

- iii) Em terceiro lugar, o contributo direto que as entidades da *administração pública* podem dar para um novo funcionamento da cidade, através de intervenções tão diferentes como o recurso intensivo a soluções de inteligência artificial na sua relação com os cidadãos e a cidade, a gestão de horários desfasados de trabalho de modo a evitar picos excessivos de procura de transportes públicos e de uso do transporte individual, ou o reforço da colaboração com empresas, universidades e organizações não-governamentais na procura de soluções urbanas mais inteligentes, inclusivas e sustentáveis.
- iv) Em quarto lugar, a importância crescente da qualificação da cidade como conjunto singular de *infraestruturas e amenidades ambientais, paisagísticas e culturais* favorável à criação de quadros de vida que deem resposta às preferências de empreendedores inovadores a trabalhar em domínios tecnológicos e culturais de ponta.

10 Competitividade, globalização, empreendedorismo e inovação têm dominado desde finais dos anos 1980 o discurso sobre a economia e, por analogia, sobre a cidade. Cerca de um século antes, teve grande êxito a **visão organicista de cidade**, em que esta era comparada com um organismo vivo e como tal lida, interpretada e projetada. Nas últimas décadas prevaleceu uma **visão empresarial da cidade**, que levou a definir os seus objetivos e a gestão do seu território de intervenção como se fosse uma grande empresa. Os impactos da pandemia da Covid-19 confirmam as limitações e distorções de ambas as analogias.

11 Não há cidade sem condições de vida. E também não há cidade sem atividade empresarial. Mas a sustentabilidade económica da cidade deve ser acompanhada pela sua sustentabilidade ecológica e social. O período de confinamento salientou, de forma destacada, aspetos como a importância do contacto cidade-natureza ou o risco de marginalização dos mais desprovidos de competências digitais. O combate à degradação ambiental e à exclusão social, e, pela positiva, a garantia de **oportunidades de bem-estar para o conjunto da população**, devem nortear a **relação cidade – economia**.

12 Para esta nova relação cidade-economia, a **inovação institucional** e a **confiança dos cidadãos nas instituições** são fundamentais. O contexto pandémico acentuou os sentimentos de oposição entre os que contam e os que não contam, os que decidem e os que têm de cumprir regras, os que ganham com a situação ou a ela podem escapar e os que dela ficam prisioneiros ou são vítimas. A confiança, e sobretudo a confiança partilhada, permite lidar melhor com as situações de instabilidade e de risco. E a possibilidade de participar nas decisões aumenta a confiança. A cidade não pode ser entendida e gerida como um organismo vivo ou como uma empresa. Ela deve ser pensada, antes de mais, como um **contexto de oportunidades para todos**.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



A CIDADE
DA CIDADANIA
REJUVENESCIDA

1 As desigualdades intraurbanas e sobretudo intrametropolitanas são, em geral, superiores às que se verificam em cidades de média dimensão, nas áreas rurais ou mesmo entre estes dois tipos de territórios. **A natureza multidimensional das desigualdades** entre indivíduos, grupos e áreas - nomeadamente em termos de rendimento e riqueza - ganha uma expressão particularmente visível e torna-se ainda mais evidente em tempos de crise.

2 Os idosos, os mais desprotegidos no emprego (trabalho precário e informal, como biscates, limpezas, etc.), os menos qualificados e os jovens, e portanto as áreas residenciais onde a sua presença relativa é mais acentuada, foram os mais afetados pela pandemia. Ao agravar as situações de maior vulnerabilidade a crise contribuiu para as retirar de uma certa invisibilidade que as caracteriza no espaço público. Contudo, e paradoxalmente, ao criar novas formas de exclusão associadas, por exemplo, à pobreza digital ou à iliteracia da saúde, a pandemia concorreu para criar **novas invisibilidades** sempre que os grupos mais afetados não têm capacidade de se fazer ouvir.

3 Estas situações suscitaram diversas respostas imediatas, umas institucionais, por parte do município e das juntas de

freguesia, outras espontâneas, por parte de grupos de cidadãos ou associações e outras entidades não-governamentais. Diversas destas atuações deram lugar à consolidação de **redes de vizinhança**, algumas já existentes, outras novas, outras ainda resultando do trabalho conjunto de entidades que até então apenas tinham colaborado de forma pontual e circunstancial.

4 Esta tendência vem comprovar que, ao contrário do que é habitual afirmar-se, há propensão para a **participação**. É, no entanto, verdade que as situações críticas tendem a mobilizar de forma mais intensa esse potencial. Importa então entender até que ponto uma perspetiva de preparação por antecipação de crises globais pode contribuir para manter e aprofundar dinâmicas de participação dos cidadãos, torná-las mais autónomas de contextos circunstanciais e, eventualmente, retirar partido da sua articulação com movimentos sociais urbanos estruturados em torno dos direitos à habitação, à mobilidade, ao usufruto de espaços verdes ou outros.

5 Os aspetos anteriormente referidos salientam a importância do **local** – isto é, da proximidade geográfica e das relações interpessoais e entre organizações daí decorrentes – como fator, quer de rapidez na sinalização de situações de vulnerabilidade

e risco, quer de agilidade e adequação nas respostas imediatas de emergência. O reforço efetivo do âmbito local nas respostas a riscos globais pressupõe, no entanto, diversas alterações.

6 Em primeiro lugar, as intervenções do poder local e das entidades da economia social e solidária terão de atuar em duas frentes: **renovar** as soluções reativas de natureza assistencialista, centradas em respostas urgentes aos sintomas mais graves (isolamento, fome, desemprego, etc.) e **innovar** nas soluções proativas e de longo prazo, baseadas em processos participados e transformadores que visem combater as causas estruturais dos problemas (pobreza, por exemplo).

7 Em segundo lugar, é necessário re-pensar o papel que cabe ao poder local no domínio das **políticas sociais**, hoje desenvolvidas de forma centralizada e por isso com soluções uniformes para todo o país, bem como o enquadramento institucional, legislativo e laboral de cuidadores informais e de entidades da economia social e solidária no âmbito de **estratégias locais integradas** de desenvolvimento e requalificação urbana.

8 Em terceiro lugar, essas estratégias locais pressupõem a existência de formas de **governança integrada** flexíveis e dinâmicas no tempo, constituídas para concretizar um **projeto de desenvolvimento local** e não para dar resposta, casuística e descoordenadamente, aos requisitos de candidaturas de diferentes programas comunitários e nacionais que colocam as parcerias como condição de elegibilidade.

9 A generosidade própria das diferentes formas de solidariedade e o altruísmo subjacente à ação das entidades da economia social e solidária devem articular-se com uma ótica de **direitos e deveres sociais**. Cidade, cidadão e cidadania provêm etimologicamente da mesma palavra latina: *civitas*. A sua dissociação representa um empobrecimento do significado de cidade, do sentido de vida urbana e das finalidades das respostas urbanas.

10 Não há cidade com futuro sem **jo-vens**. Contudo, estes confrontam-se hoje com enormes obstáculos no que se refere ao acesso a habitação condigna, a emprego não precário e qualificado, a residências estudantis para todos. Esta situação contradiz o direito à cidade, exclui da construção da vida urbana aqueles que, pelas suas capacidades e competências, constituem um elemento essencial de uma cidade regeneradora, e coloca em causa a sustentabilidade social e mesmo económica da cidade.

11 A cidade deve constituir uma fonte permanente de **rejuvenescimento da cidadania**. Nesse sentido, o elemento nuclear da cidade do futuro está mais próximo da concepção de cidade mediterrânea greco-romana, da Grécia e da Roma antigas, do que das concepções de cidade-organismo vivo de finais do século XIX, de cidade-empresa de finais do século XX ou de cidade hiper-tecnológica do início do século XXI. A cidade, inclusive na ótica da capacidade individual e coletiva de adaptação aos impactos das crises sistêmicas globais, depende em muito do estabelecimento de relações frutuosas entre inovação social, inclusão, participação pública, robustez das instituições, qualidade da democracia e confiança. Em suma, uma **cidade de cidadania**, porque de cidadãos. Uma **cidade de cidadãos**, porque de cidadania. Uma cidade que não é vista como sendo a origem de todos os males provocados pelas elites política, financeira e intelectual sobre os esquecidos, abandonados e ressentidos, e que por isso é amada e não odiada.

12 Do ponto de vista urbanístico esta visão tem alguma semelhança com a centralidade atribuída à ágora nas cidades da Grécia antiga. Mas as cidades de hoje, pela sua dimensão, complexidade e diversidade interna, exigem várias ágoras. Reencontramos, assim, o conceito de Cidade de Proximidade geográfica e relacional, a cidade das deslocções curtas e da vida urbana densa,

uma cidade policêntrica, com diversas **centralidades de natureza multifuncional** com força suficiente para funcionarem como âncoras da construção de comunidades.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



A CIDADE
DO BEM-VIVER

1 As perspectivas de intervenção urbana ao longo da história tendem a oscilar entre as que olham sobretudo **para dentro** (organização interna, funcionamento, vida urbana) ou **para fora** (localização estratégica, competitividade, inserção em redes globais) **da cidade**. A pandemia da Covid-19 valorizou a primeira, ao suspender os fluxos internacionais de pessoas, bens e serviços e ao centrar as nossas atenções no funcionamento da cidade, já que foi a este nível que se sentiram de modo mais intenso as alterações do quotidiano das pessoas e das organizações.

2 Muitas das **soluções urbanas** já em emergência mas aceleradas pelo contexto pandémico apontam nesse sentido: circuitos curtos de distribuição, movimentos de 'regresso ao bairro' por parte de determinadas insígnias, intervenções de urbanismo tático (alargamento de passeios, sombreamento, esplanadas, etc.), integração de equipamentos escolares ou culturais nas comunidades locais, etc. A visão '**para dentro**' e a **cidade dos lugares** têm, portanto, prevalecido em relação à visão '**para fora**' e à **cidade cosmopolita e desterritorializada** típica dos períodos de crescimento económico e de abertura ao exterior, caracterizados pela expansão de cadeias de hotéis e de lojas, soluções arquitetónicas e estilos de vida que é possível encontrar em qualquer grande cidade do planeta.

3 Esta situação poderá levar a pensar que, numa ótica de reforço da capacidade de as cidades se adaptarem a riscos globais, deverão prevalecer as intervenções urbanas de pequena escala, de acupuncture urbana, por oposição aos grandes projetos urbanísticos de modernização da cidade. Essa é uma **falsa oposição**.

4 Qualquer cidade, nomeadamente na ótica da adaptação a riscos globais, necessita de **intervenções de natureza micro e de proximidade**, por definição mais ajustadas às necessidades locais, ágeis e flexíveis, mas também de **grandes projetos diretamente associados ao combate e minimização de problemas estruturais**: pobreza, acesso a habitação, rede de transportes públicos, qualidade do ar, ondas de calor, planeamento alimentar e parques agro-alimentares, segurança de infraestruturas críticas, etc.

5 Todos os **grandes projetos** têm um âmbito **metropolitano**. Esse facto vem reforçar a indispensabilidade de instrumentos de planeamento, instituições, fontes de financiamento e formas de governança metropolitana capazes de darem uma resposta adequada a esta escala.

6 A oposição não é, portanto, entre intervenções micro e grandes projetos urbanos, entre a cidade de bairros e a cidade cosmopolita, entre o olhar para dentro e o olhar para fora da cidade. As áreas urbanas necessitam de todas essas componentes. A verdadeira oposição é entre as **conceções antropocêntricas de cidade** - que colocam egoística e irresponsavelmente os interesses dos seres humanos no centro de todas as decisões - e uma **conceção pós-antropocêntrica**, baseada no conceito de **cidade como um conjunto complexo e iterativo de diversos sistemas de vida**.

7 É neste sentido que o conceito que tem vindo a ser proposto por diversos autores de **bem-viver** se torna particularmente relevante. O século XX foi o período por excelência de construção da sociedade, da economia e das cidades do *bem-estar*, baseadas na melhoria muito significativa das condições materiais de vida das populações, no enorme avanço do conhecimento científico e tecnológico, na profunda alteração dos padrões de consumo, em políticas redistributivas e sociais, em suma, no que se convencionou designar sinteticamente por **progresso humano**. Mas sabemos que esse ciclo de progresso, que permitiu alcançar resultados positivos indiscutíveis, desencadeou igualmente impactos ambientais e sociais estruturalmente negativos.

8 A **cidade do bem-viver** centra-se num conceito de especial pertinência em contextos como o atual: a **vida biológica, individual e coletiva** e, conseqüentemente, a sustentabilidade das condições para que ela exista. A vida considerada não exclusivamente a partir dos interesses dos seres humanos, mas dos vários sistemas de vida do planeta em interação entre si e nas interdependências que esbalecem uns com os outros.

9 Por paradoxal que possa parecer, uma visão pós-antropocêntrica de cidade não pode deixar de atribuir uma importância fundamental às pessoas. As cidades são um produto humano, talvez mesmo um dos resultados mais fascinantes da sua atividade e do seu conhecimento ao longo dos tempos. Uma visão pós-antropocêntrica de cidade que reconhece a **melhoria generalizada da condição humana** como principal prioridade pressupõe uma ética e uma **prática permanente de conciliação dos diversos sistemas de vida**.

10 A adaptação das cidades aos impactos de riscos globais, como a atual pandemia, incluirá sempre estratégias com diferentes **temporalidades**, do imediato ao longo prazo. Acresce que as intervenções urbanas desenvolvidas no âmbito dessas várias estratégias envolvem

necessariamente distintas escalas e diferentes combinações entre essas **escalas**. As visões de cidade, os modelos urbanos, as soluções urbanísticas e as formas de governança urbana e metropolitana deverão ser pensados tendo em conta, de forma conjugada, essas duas condições - **multitemporalidade e multiescalaridade** - num território marcado pela crescente artificialidade de fronteiras administrativas. Também neste caso a visão pós-antropocêntrica de cidade, ao valorizar os diversos sistemas de vida humana e não-humana que lhe dão consistência e significado, parece particularmente promissora.

11 As cidades são demasiado importantes para poderem falir. As consequências dessa eventual falência teriam custos sociais, económicos e ambientais desastrosos e incontroláveis. A necessidade de **estabelecer pontes entre a cidade que temos e a cidade que desejamos** constitui uma das lições essenciais de qualquer crise grave ou catástrofe. Essa é, pois, a grande lição a retirar da atual pandemia: a **transição** para uma cidade guiada por valores pós-antropocêntricos, mas em que a permanente melhoria da condição humana permaneça como um objetivo central, representa um desafio decisivo para quem reconhece ser imperioso aumentar a capacidade estrutural de adaptação das cidades aos impactos mais gravosos dos riscos globais.

ANEXOS

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



**APRESENTAÇÃO
E PROGRAMA**

 *Centro de Informação Urbana de Lisboa promove anualmente e desde 2013 o ciclo de conferências Encontro de Urbanismo. Trata-se de um ciclo centrado na reflexão sobre a cidade de Lisboa que aborda todos os anos um tema diferente. Ao longo das várias sessões, técnicos e especialistas são convidados a apresentar experiências e perspetivas sobre as temáticas lançadas, abrindo-se espaço ao debate e à troca de ideias.*

O ciclo de 8 sessões do Encontro de Urbanismo 2020 – Preparar as Cidades para Riscos Globais pretendeu proporcionar uma visão abrangente sobre os riscos sistémicos globais que se tornam patentes através de acontecimentos disruptivos como a pandemia COVID-19.

Perante estes riscos, e focado nos efeitos imediatos da pandemia em curso, o Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Participação da Câmara Municipal de Lisboa decide promover um amplo e informado debate em que cidadãos e especialistas são convidados a construir em conjunto recomendações estratégicas de ação a curto, médio e longo prazos.

Sendo a cidade palco e objeto das mais profundas transformações em curso, o Encontro de Urbanismo deste ano destacou temáticas relacionadas com a pandemia na cidade de Lisboa, abrangendo um leque amplo de aspetos e perspetivas para preparar da melhor forma possível o futuro da cidade.

As três primeiras sessões foram transmitidas em direto, durante o mês de julho, às segundas feiras, pelas 18h00, em todos os meios de comunicação da Câmara Municipal de Lisboa: youtube e todas as redes sociais.

Em outubro, retomamos a transmissão das sessões, sendo que a última foi transmitida no dia 9 de novembro.

Em todas as sessões tivemos a participação de oradores convidados, especialistas convidados a escrever o guião do vídeo de abertura com o objetivo de enquadrar e despoletar o debate e a participação de cidadãos também convidados.

Para mais informações, poderão consultar a página criada no site do Município dedicada ao Encontro de Urbanismo 2020 através do link <https://www.lisboa.pt/encontro-de-urbanismo-2020>.

TEMA DA SESSÃO	AUTOR VÍDEO DE ABERTURA	ORADORES	DIA
1ª sessão: Um manual de utilizador da cidade em tempo de Covid 19	CML – Equipa Revista Lisboa	Ricardo Veludo Vereador do Planeamento, Urbanismo e Participação da CML João Pedro Simas Virologista e investigador no Instituto de Medicina Molecular Miguel Gaspar Vereador da Economia e Mobilidade da CML Hugo Esteves Médico de Saúde Pública, Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública, Presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública	6 JUL 18h
2ª sessão: Lições do passado: prosperar após crises de saúde pública	Jorge Gaspar Professor Emérito da Universidade de Lisboa, IGOT Constantino Sakellarides Professor Catedrático Jubilado, Escola Nacional de Saúde Pública, UNL	Maria Antónia Pires de Almeida Historiadora, investigadora no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa Ana Tostões Arquiteta professora no Instituto Superior Técnico Manuel Valente Alves Médico e Investigador	13 JUL 18h
3ª sessão: Compreender a cidade a partir das emoções geradas pela pandemia	Ricardo Fonseca Psicólogo e Assessor do Gabinete do Vereador Ricardo Veludo	Teresa Caldas de Almeida Coordenadora do Projeto SM COVID 19 do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge Jorge Barroso Dias Coordenador Clínico de Saúde Ocupacional e Médico do Trabalho da Câmara Municipal de Lisboa e Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho Clara Cardoso Fundadora The Consumer Intelligence Lab Tiago Pereira Psicólogo, Coordenador do Gabinete de Crise COVID-19 da Ordem dos Psicólogos Portugueses	20 JUL 18h
4ª sessão: Covid na cidade: transformação digital vs. proximidade física?	Arlindo Oliveira Professor Catedrático, Instituto Superior Técnico	Paula Castro Professora de Psicologia Social e Diretora do CIS-ISCTE Nuno Santos Consultor na área de gestão de empresas João Carneiro Founder & CEO C-NAPSE Sparking Ideas	12 OUT 18h

TEMA DA SESSÃO	AUTOR VÍDEO DE ABERTURA	ORADORES	DIA
5ª sessão: Uma nova relação cidade-ambiente: efémera vs. duradoura?	Luísa Schmidt Investigadora, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa	Elisa Vilares Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades, Direção-Geral do Território Rosário Oliveira Arquiteta Paisagista, investigadora no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa Teresa Marat-Mendes Arquiteta, professora no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa	19 OUT 18h
6ª sessão: Que espaços para a família, gerações, consumo e lazer: coexistência vs. especialização?	Luís Vicente Baptista Professor Catedrático, Universidade Nova de Lisboa Teresa Barata Salgueiro Professora Emérita, Universidade de Lisboa, IGOT	Filipa Ramalheite Antropóloga, professora na Universidade Autónoma de Lisboa Catarina Lopes Fundadora da Urban Fabric Ana Brandão Arquiteta, investigadora no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	26 OUT 18h
7ª sessão: Que espaços para o trabalho, cooperação e inovação: distribuição vs. concentração?	Augusto Mateus Professor Catedrático aposentado, ISEG, Universidade de Lisboa	Miguel Fontes Diretor Executivo da STARTUP LISBOA Ricardo Paes Mamede Economista, professor do Departamento de Economia Política do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	2 NOV 18h
8ª sessão: Que geometrias da solidariedade: respostas urgentes vs. visão de longo prazo?	Isabel Guerra Professora Agregada aposentada, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa	André Couto Presidente da Junta de Freguesia de Campolide João Seixas Geógrafo e Economista, professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa Renato Carmo Diretor do Observatório das Desigualdades professor no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa	9 NOV 18h

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES
PARA RISCOS GLOBAIS



**GUIÕES
DOS VÍDEOS
DE ABERTURA
DAS SESSÕES**

1ª SESSÃO

UM MANUAL DE UTILIZADOR DA CIDADE
EM TEMPO DE COVID-19

Autores: CML

O novo coronavírus alterou o mundo. Uma partícula microscópica, sem células nem metabolismo, mas com uma capacidade de replicação surpreendente quando parasita um ser vivo, rapidamente gerou uma pandemia. Para combater o contágio da Covid-19, fecharam-se lojas, teatros, cinemas, estádios... E as pessoas fecharam-se em casa. De repente, cidades como Lisboa ficaram desertas, silenciosas, irreconhecíveis. Para reagir à ameaça, governo, autarquias e sociedade civil começam a organizar-se. Em Lisboa, a prevenção do contágio foi uma das primeiras preocupações: reforço da capacidade de testagem através de dois novos centros de rastreio; instalação de um hospital de campanha; higienização do espaço público e dos transportes; alojamentos para doentes em quarentena; adaptação dos serviços ao teletrabalho e ao trabalho por turnos. Quem podia ficou em casa. Mas quem cumpria serviços essenciais teve de continuar as suas rotinas, agora muito mais exigentes. A doença e o confinamento agravaram as carências dos mais vulneráveis. Autarquia, juntas de freguesia, parceiros institucionais, associações locais e voluntários constituíram uma rede de apoio: providenciaram alojamento, cuidado sanitário e alimentação para as pessoas sem abrigo; e distribuíram refeições e medicamentos a idosos, doentes e famílias carenciadas. O comércio e a restauração beneficiaram de medidas como a isenção de rendas e de taxas municipais. Na cultura, mantiveram-se os apoios, financiaram-se novos projetos e criou-se um subsídio de emergência. As empresas e instituições procuraram adaptar-se: pondo os seus serviços à disposição do esforço solidário; reorientando o investimento para produzir materiais de proteção; ou apostando em plataformas online e serviços takeaway. Mas muitas empresas entraram em *layoff* ou faliram, sobretudo as mais dependentes do turismo. Ao mesmo tempo, comportamentos e gestos espontâneos tinham agora de ser reaprendidos, e a sociabilidade refreada. As pessoas reagiram com a criatividade possível, desenvolvendo novas aptidões. Multiplicaram-se encontros virtuais, grupos WhatsApp, iniciativas lúdicas à janela, ginástica em casa, espetáculos online, teletrabalho, telescola... Mas cedo se percebeu que a novidade teria de se transformar, pelo menos em parte, em rotina. E para muitos, acrescentava-se a perda dramática de rendimentos. A consciência da nova realidade começava a tornar-se demasiado pesada e difícil de gerir. Os poderes públicos puseram em prática um desconfinamento

gradual. Era preciso voltar à rua, relançar a economia. Mas com regras. Em todo o mundo se sentiu a urgência de um novo modelo urbano. E a crise sanitária e ambiental convergiam nas soluções. As cidades não poderiam continuar a viver com fluxos de mobilidade pesada; o automóvel particular teria de dar lugar ao transporte coletivo, às bicicletas e aos peões; o espaço público teria de ser um local de uso coletivo, mas suficientemente amplo para não gerar aglomerações; a cidade teria de viver em horas desencontradas; e o urbanismo teria de promover a escala local. Num futuro breve, as pandemias serão provavelmente mais frequentes. As alterações climáticas também nos comprometem e obrigam a questionar o nosso modo de vida. Nesta fronteira histórica, como poderemos viver a cidade.

2ª SESSÃO

LIÇÕES DO PASSADO: PROSPERAR APÓS
CRISES DE SAÚDE PÚBLICAAutores: **Jorge Gaspar** (Professor Emérito da Universidade de Lisboa, IGOT) e
Constantino Sakellarides (Professor Catedrático Jubilado, Escola Nacional de Saúde Pública, UNL)

Após qualquer grande catástrofe, as cidades tendem a recompor-se, incorporando na sua reconstrução os ensinamentos do grande acidente. A luta contra os principais desafios da saúde pública neste domínio foi conduzida sempre em dois registos: contra a epidemia, condicionando a atividade social e económica; e contra as causas da doença. Foi assim que Lisboa resistiu a violentas epidemias. Em meados do século XIV, a Peste Negra atingiu Portugal ainda no reinado de D. Afonso IV, causando pobreza, conflitos e guerras, levando ainda à construção da chamada Cerca Fernandina. Em 1569, a Peste Grande levou, entre outras iniciativas, a reforçar o abastecimento de víveres à cidade, limpar as ruas e encerrar os banhos públicos, bem como a realizar grandes obras de abastecimento de água e de saneamento básico, tal como o aqueduto das Águas Livres. O grande sismo de 1755, seguido de um tsunami e de um grande incêndio, levou à reconstrução da “Baixa”, inovando-se quer no traçado das vias e das técnicas de construção, através de edificações mais resistentes aos sismos, quer no combate às pestilências, através do reforço do abastecimento de água. As grandes epidemias dos séculos XIX e XX, sendo

a tuberculose a mais resiliente e duradoura, levaram muitos lisboetas a fugir para as periferias campestres, para os bons ares e boas águas da região dos saloios. Em 1918, com a nova incursão peninsular da gripe espanhola, tornou-se evidente a importância dos espaços locais através do desenvolvimento de centros de saúde e do movimento das cidades saudáveis da Organização Mundial da Saúde (1987), no qual o projeto “Saúde em Lisboa” teve um papel pioneiro. Todos estes acontecimentos mostram como as obras e normas para a higiene pública e privada contaram sempre com dispositivos sociais e de saúde para que cada um se protegesse a si e protegesse os outros. No mundo atual, as ameaças à saúde pública são um fenómeno frequente em termos globais. Só nos últimos anos, foram seis as ameaças (Gripe da AVES, SARS, Gripe A, MERS, Ébola e Zika) e não podemos continuar a reaprender tudo de novo. Sabemos que a noção de “estar preparado”, em cada país, é relativa aos nossos conhecimentos, recursos, infraestruturas e capacidade organizacional e de gestão. Mas uma das razões para o que parece uma “falta de aprendizagem” está no facto de estarmos cingidos a um modelo tradicional de “emergência de saúde pública”, que deve articular-se, na fase mais aguda da crise, com comportamentos que a antecedem e que se lhe seguem. Na atual pandemia da COVID-19, para criar aprendizagem com potencial transformador é necessário distinguir a fase aguda (confinamento), onde há que cumprir as normas, e a complexa e prolongada fase de desconfinamento, que precisa de promover a natureza adaptativa da inteligência colaborativa local. É com este intuito que devemos questionar o passado e as suas lições para entender como preparar Lisboa para se adaptar aos desafios colocados pela pandemia da COVID-19. O que fazer para a cidade prosperar após esta crise de saúde pública?

3ª SESSÃO

COMPREENDER A CIDADE A PARTIR DAS EMOÇÕES GERADAS PELA PANDEMIA

Autor: **Ricardo Fonseca** (Psicólogo e Assessor do Vereador Ricardo Veludo)

Tão silenciosa como a propagação do vírus na sua fase inicial, tem sido a discussão sobre as emoções experienciadas nesta fase conturbada da nossa história. Para além dos eixos saúde pública - saúde económica, inequivocamente importantes para uma saída

bem-sucedida desta pandemia, pouco se tem falado de outro eixo - o emocional - também ele importante pois ajuda a explicar uma grande parte das decisões e dos comportamentos que temos vindo a adotar durante esta crise sanitária. Emoções, bem como sentimentos e afetos, resultam das interações que estabelecemos com o que nos interpela: um familiar, uma paisagem, uma situação inesperada. Ao longo da vida, vamos aprendendo a regular essas respostas emocionais em função das aprendizagens sociais que fazemos e ainda da compreensão do que é esperado de nós nos vários contextos em que nos movemos – a família, o local de trabalho, o círculo de amigos, etc. O objetivo final é conseguirmos levar uma vida equilibrada e saudável tanto interior como nas relações com terceiros. No entanto, hoje vivemos num contexto em que se transformaram de forma radical as fronteiras entre o que é esperado de nós, o que nos espera, e o que sabemos ou conseguimos fazer. Os dias, que mais se assemelham a semanas, são de incerteza e de medo – duas emoções muito poderosas capazes de desestabilizar a tal homeostase interna e coletiva. Os retratos de uma Lisboa sem humanos, cenário de filme de apocalipse; a proximidade com um vírus que mata; a ameaça latente do desemprego; as exigências de um teletrabalho forçado; as lides familiares a um ritmo de 24 horas por dia; ou a ordem de isolamento social, tão antagónica às nossas motivações gregárias, são novas realidades para as quais não tínhamos respostas emocionais disponíveis quando começaram a emergir. Os níveis de ansiedade – definida como uma emoção associada à antecipação de uma ameaça futura – aumentaram bastante e são coletivamente preocupantes. Em três meses apenas, foram vendidas mais de 5 milhões de embalagens de ansiolíticos e antidepressivos, tornando Portugal no quinto país da OCDE que mais consome estes fármacos. Se adicionarmos a estes dados a já conhecida e preocupante correlação entre a taxa de desemprego e a taxa de suicídio tão presente na crise mundial de 2008, o risco da depressão ou o burnout profissional, rapidamente compreendemos que as emoções estão na base de uma situação geradora de uma dor psicológica silenciosa para a qual não parece haver ainda imunidade de grupo. Mas onde há medo, também há esperança. E para fazer esta transição é necessário perguntar primeiro: Que emoções têm as quase 3 milhões de pessoas que habitam a Área Metropolitana de Lisboa confinadas dentro de si? Estarão as nossas emoções suficientemente treinadas para lidar com este contexto de transitoriedade? O momento é de catarse. Falemos de emoções.

4ª SESSÃO

COVID NA CIDADE: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL VS. PROXIMIDADE FÍSICA?

Autor: **Arlindo Oliveira** (Professor Catedrático Instituto Superior Técnico)

Éramos felizes e não sabíamos. As rotinas do dia-a-dia, os pequenos gestos que repetíamos todos os dias, a labuta diária, desapareceram de um dia para o outro. O que pensávamos ser normal e comezinho, ir todos os dias para o escritório, fábrica ou escola, conviver com os colegas, levar e trazer os filhos à escola, desapareceu de um dia para o outro, à medida que um inimigo invisível se espalhava pelo mundo. O medo propagou-se, aproximar-nos de outra pessoa passou a ser um perigo. Isolámo-nos, nas nossas casas, apenas com os familiares mais chegados. Na rua, nos passeios, o ar podia trazer a doença e mesmo a morte. Pelo menos, era o que se pensava na altura. Para derrotar o inimigo invisível, destruimos muito daquilo por que tínhamos lutado nas últimas décadas, a sociedade que nos custou tanto a criar.

As cidades tornaram-se em desertos, quando todos ficámos em casa, tentando evitar pagar uma doença invisível, mas, em muitos casos, perigosa ou mesmo mortal. Em poucas semanas, habituámo-nos ao impensável: deixámos de levar os filhos à escola, de ir para o escritório ou fábrica todos os dias, de viajar ou de conviver com amigos. Os écrans dos computadores e das televisões tornaram-se as nossas janelas para o mundo, os nossos instrumentos de trabalho, as nossas ligações aos entes queridos. O computador deixou de ser um instrumento de trabalho e passou a ser o centro das nossas vidas. A transição digital, anunciada há décadas, mas nunca concretizada, aconteceu, afinal, em poucos dias. De repente, todos aprendemos a marcar uma videoconferência, a mandar vir comida ou a fazer compras pela web.

Mas esta mudança, esta transição para o mundo digital, teve um custo. Pagámos caro pela liberdade de ficar presos em casa. Deixámos de conviver, de trabalhar em grupo, de ver e sentir os outros, sejam eles professores, colegas ou familiares. Habituámo-nos a viver mais sozinhos, a falar com os pais só pelo telefone, a sair menos e a não viajar. Ao princípio, uma saída para ir às compras ou à farmácia era aterradora. Olhávamos para os outros com medo, afastávamo-nos uns dos outros, como se o mero aproximar de alguém nos pudesse matar. Habituámo-nos, também, a reconhecer os amigos só pelos olhos, a andar sempre de cara tapada, a deixar de sorrir.

Com o passar dos meses, tentámos ganhar de volta um pouco de normalidade. A medo, começámos a sair, a passear um pouco, a ir trabalhar, em alguns casos, alguns dias. Mas os escritórios continuam quase desertos, as escolas e universidades vazias, os restaurantes sem ninguém ou com pouca gente. Conhecemos melhor o inimigo, mas continuamos a temê-lo. Por isso, e porque a revolução digital também tem vantagens, o novo normal é diferente do velho normal. Voltaremos algum dia a enfrentar, todos os dias, o trânsito de casa para o trabalho e do trabalho para casa? Tornaremos a usar, com confiança, os transportes públicos, a única forma de garantir que não vamos matar o planeta? Iremos, novamente, a concertos e espetáculos, sem medo, sem pensar no vírus?

A pandemia vai passar. Vacinas, melhores tratamentos, resistência e imunidade farão com que, dentro de um ano ou dois, já não tenhamos tanto medo do vírus, embora ele vá ficar conosco, provavelmente para sempre. Conseguiremos preservar o que de bom aprendemos nestes meses, sem perder o que de positivo existia antes do vírus? Esse é o desafio dos próximos anos. Reter as vantagens da transformação digital que nos foi imposta, sem sacrificar o que de mais precioso existe nas nossas vidas: os outros.

5ª SESSÃO

UMA NOVA RELAÇÃO CIDADE-AMBIENTE: EFÉMERA VS. DURADOURA?

Autora: **Luísa Schmidt** (Investigadora, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Nem efémera nem duradoura, mas sim flexível e sistemática. A experiência dos últimos anos é sem dúvida auspiciosa, mas não tenhamos ilusões: ou avança de forma consistente, ou vai regredir porque nem todas as medidas surtiram igualmente os mesmos bons efeitos e a experiência começa a aconselhar atacar os problemas nesta nova condição em que nos encontramos.

O período do confinamento levou a reconhecer generalizadamente a melhoria da qualidade do ar, a importância dos espaços públicos verdes e a gravidade dos níveis de ruído a que se havia chegado. Entretanto, com o desconfinamento e o Verão, regressámos quase à condição anterior sem nos termos livrado ainda do maldito vírus. A mensagem não podia ser mais clara: a qualidade do ar em Lisboa tem de ser escrupulosamente monitorizada para além das ‘velhas’ seis estações de medição e tem de estar em condições de alertar a população para os riscos que os picos de concentração de poluentes significam para a saúde. As zonas verdes têm de ver profundamente reforçada a sua conservação e expansão, e também ponderada a gestão dos seus usos. Os parques e os jardins vão ser cada vez mais procurados por razões de saúde física e mental, mas têm de ser fruídos com regras, ou seja, sem abusos a diminuir-lhes os valores que justificam afinal a sua utilização pública. Por outro lado, apesar da Covid 19 justificar, e bem, os usos dos espaços públicos, a cidade não pode ser uma epidemia de esplanadas a obstruir os passeios. Tudo tem o seu ponto de equilíbrio.

Quanto ao ruído, a situação tornou-se francamente insuportável. E ainda mais insuportável depois de termos experimentado o valor do silêncio urbano – até conseguimos escutar os pássaros em plena cidade. Agora, não é só o tráfego aéreo já de si inaceitável aos níveis a que chegou em Lisboa, é sobretudo o ruído viário e dentro deste, muito em particular, a incompreensível impunidade com que se generalizaram os escapes sonoros das motas, aliás, proibidos por lei, mas que ninguém fiscaliza. O ruído viário tornou-se um dos fatores piores da qualidade de vida urbana e a sua imaterialidade. A enorme dificuldade em agir repressivamente sobre ele já levou, em cidades como Marselha, a movimentos de cidadãos processando o Estado por inação administrativa.

Ar, espaços verdes e ruído, são três frentes a precisar de um claro reforço nas políticas ambientais da autarquia no período pós-confinamento.

De resto, dois outros pontos terão rapidamente de mostrar uma mudança de sentido. Primeiro, a falta de higiene urbana, particularmente no sistema de recolha de resíduos. A COVID-19 chamou dramaticamente a atenção para a vulnerabilidade sanitária das sociedades. Mas já antes da COVID sabíamos que, para além de uma questão de higiene e saúde pública, há também oportunidades de economia circular a ser estupidamente desperdiçadas na maneira como as pessoas se descartam do lixo que fazem. É todo o ciclo que tem de ser corrigido: por um lado, os hábitos de cidadania face aos resíduos urbanos têm de melhorar muito e rapidamente; por outro, as práticas de recolha diárias e a qualidade e exigência na forma

como elas são feitas têm de ir muito para além do espírito de ‘carroça do lixo’ com que em tantos lugares de Lisboa frequentemente são realizadas. Sabemos que a recolha do lixo é cara. Sabemos também que ela remunera, pois produz valor. É essa a chave da economia circular: resolver um problema aproveitando as oportunidades que ele próprio oferece.

Quanto ao segundo aspeto a necessitar de uma mudança de sentido, trata-se de parar com o entaipamento da Frente Ribeirinha. A cidade tem já uma barreira de prédios que mata literalmente uma das chaves urbanísticas e culturais de Lisboa que é a articulação das colinas com o rio. O imobiliário não é um poder mandatado pelos cidadãos; cabe à autarquia realizar a cidade.

6ª SESSÃO

QUE ESPAÇOS PARA A FAMÍLIA, GERAÇÕES, CONSUMO E LAZER: COEXISTÊNCIA VS. ESPECIALIZAÇÃO?

Autores: **Luís Vicente Baptista** (Professor Catedrático, Universidade Nova de Lisboa) e **Teresa Barata Salgueiro** (Professora Emérita, Universidade de Lisboa, IGOT)

Os acontecimentos inesperados, de origem natural ou social, quase sempre conduziram a alterações nas maneiras de viver, produzir, negociar. Este ano vivenciámos, em poucos dias, uma alteração radical na vida quotidiana das famílias. O confinamento obrigou à redução drástica na mobilidade, ao alargamento do leque das atividades desempenhadas em casa. Às rotinas habituais vieram juntar-se o teletrabalho, as aulas frente ao écran, os contactos com familiares e amigos à distância, os jogos virtuais, as compras online. E para muitos também a depressão, formas variadas de conflito e violência doméstica.

Que hábitos associados à plurifuncionalidade do lar vão persistir? O teletrabalho em regime parcial? Novos horários? As compras online? E que novos usos terão os equipamentos

tecnológicos? Que novos conceitos de espaço útil e de espaços exteriores surgirão? Como lidar com a sobreocupação habitacional que afeta uma parte importante da AML?

As relações intergeracionais têm sido postas em causa isolando os mais velhos, reprimindo os mais jovens e responsabilizando os ativos. Afastaram-se avós de netos e filhos, os jovens surgem no lugar de incumpridores e segregam-se os suspeitos e os positivos. Medidas que podem ser justificadas num momento de grande risco necessitam de avaliação e correção. É urgente fortalecer os laços entre gerações que são a coluna dorsal das sociedades com futuro.

Muitos lugares partilhados por residentes e turistas foram abandonados e ainda não estão reocupados. Há risco de promover uma atitude de afastamento relacional em espaço público que estimulará soluções securitárias. Podemos reinventar a cidade para a circulação cosmopolita ou aprofundar a metrópole fragmentada assente em policiamento coercivo de lugares segregados. Teremos de viver com o distanciamento como princípio de relação ou com a convivência como organizadora da vida urbana?

As tecnologias de informação já vinham alterando os hábitos de compra das famílias. Com a pandemia dispararam as compras online e as entregas em casa. Alguns produtores e empresários reinventaram o negócio e estabeleceram parcerias com empresas de estafetas. A nível local desenvolveram-se novas formas de solidariedade e de divulgação de informações.

Em certos bairros, enquanto alguns se recolheram em casa, outros redescobriram a importância do entorno próximo. As pessoas optaram por fazer muitas das compras na proximidade da residência, nas lojas tradicionais ou nos pequenos supermercados de bairro. Nestes casos, a apropriação do espaço público, desde a rua à praça, intensificou-se, dando origem à redescoberta da escala pedonal, matriz da qualidade urbana.

Com a previsível quebra no consumo, devido à redução dos rendimentos e à incerteza, como irá o comércio adaptar-se aos novos desafios da procura? Que novos equilíbrios se vão constituir entre as lojas de bairro, as da Baixa e as dos Centros Comerciais?

E como será o regresso às atividades de entretenimento em várias zonas da cidade, seja os restaurantes, os espetáculos, o usufruto do espaço público, a vida de rua?

Como podemos enfrentar eventos inesperados garantindo que caminhamos para uma sociedade mais justa, num território menos desigual e sustentável?

Como assegurar que avançaremos na direção de uma cidade mais aberta à inovação social, suportada na multiplicidade de populações e na sua rica coexistência?

Que papel cabe ao exercício de uma cidadania informada e mobilizada neste processo de busca que agora se retoma?

7ª SESSÃO

QUE ESPAÇOS PARA O TRABALHO, COOPERAÇÃO E INOVAÇÃO: DISTRIBUIÇÃO VS. CONCENTRAÇÃO?

Autor: **Augusto Mateus** (Professor Catedrático Aposentado, ISEG, Universidade de Lisboa)

A crise económica em desenvolvimento configura nas suas causas e mecanismos de transmissão, nas suas consequências e impactos e, também, na antecipação possível das suas perspectivas e processos de recuperação, um “território novo” para as políticas públicas, para a gestão empresarial e para a adaptação dos comportamentos dos agentes económicos, dos consumidores aos investidores. A abertura à inovação, no pensamento e na ação, constitui, portanto, um instrumento essencial para alcançar a pertinência necessária das respostas imprescindíveis a construir. A crise económica e social despoletada pela pandemia da Covid-19 comporta assimetrias muito profundas, afetando mais significativamente a produção de serviços do que a produção de bens, sendo alimentada pelas restrições, sem precedentes, quer nas diferentes formas de mobilidade de pessoas, quer nas formas de interação física humana nos processos de trabalho e de consumo. O tempo da resposta a esta crise económica e social articula os momentos da mitigação das consequências da emergência de saúde pública, primeiro, e da recuperação e reinvenção da atividade económica, depois. A reabertura de novos espaços de produção, distribuição e consumo nesta crise económica exige desenvolver, aprofundar e alargar movimentos transitórios,

relativamente duradouros, que permitam configurar novos modelos de negócio suscetíveis de conduzir muitas empresas através da emergência económica enquanto não se normalizarem as condições de saúde pública. Independentemente do progresso da digitalização, que encontra muitas oportunidades nesta crise, os modelos de negócio de transição não deixarão de reforçar a economia das “coisas tangíveis” sólidas, úteis e simples, configurando processos de depuração dos modelos de consumo convencionais em articulação com o aumento dos níveis de poupança, pressionados pela incerteza e insegurança que permanecerão elevadas enquanto durar esta emergência económica e social. Os modelos de negócio de transição tenderão a privilegiar o movimento dos bens em direção às pessoas, em detrimento do movimento das pessoas em direção aos bens, com a casa a reforçar drasticamente o seu papel como espaço privilegiado de consumo. Os modelos de negócio de transição comportarão várias formas de individualização do consumo, por redução ou anulação das suas dimensões de consumo social, com consequências relevantes na alteração das preferências e pulsões comportamentais numa espécie de interação conflitual entre consumismo (“ter”) e consumerismo (“ser”). Os modelos de negócio de transição comportarão uma nova organização e uma nova diversidade do mundo do trabalho, envolvendo quer as dimensões de defesa e adaptação aos mecanismos do isolamento social, de que o teletrabalho constitui um bom exemplo, quer as dimensões de alteração da especialização e revisão da gama de produtos e serviços para aproveitar as novas oportunidades de produção e venda durante o período da emergência económica. A recuperação desta crise económica e social não será eficaz, nem terá sucesso, se for encarada como uma continuidade, como um regresso ao crescimento interrompido, como uma simples retoma ou, em alternativa, como uma rutura, como uma espécie de reinicialização de um sistema perfeito, com respostas e correções para todos os problemas do passado. Qualquer economia europeia só recuperará completamente no quadro de uma construção europeia reforçada com instrumentos renovados de promoção conjunta da coesão e da convergência. O tempo da recuperação económica terá de ser um tempo de reformas e investimentos credíveis com sentido estratégico, racionalidade económica e sequência operacional planeada. O tempo de uma corrida mais ou menos desenfreada na disputa de dinheiro abundante e fácil para gastar rapidamente em projetos públicos e privados, sem justificação estratégica nem racionalidade económica e financeira demonstrada, animaria as economias durante os próximos seis ou sete anos, mas não permitiria uma verdadeira, nem duradoura, recuperação económica. A eficácia dos programas de recuperação da crise económica e social da pandemia da Covid-19 dependerá decisivamente da aceleração das transições decisivas para a redução dos custos da humanidade para o planeta e para um salto qualitativo na expansão da produtividade suportado pelo conhecimento e pela inovação. A ideia da reindustrialização será muito relevante se pensada como uma nova articulação entre indústria transformadora e serviços, como uma nova e forte interação entre o “saber”, o “saber fazer” e o “fazer” nas principais cadeias de valor, enquanto plataformas de criação de riqueza

com peso crescente dos valores intangíveis e das competências superiores. A responsabilidade social, a ética e o valor partilhado ganham nova pertinência no governo empresarial, tanto maior quanto a regulação dos mercados se tornar mais estratégica e eficaz e tanto mais relevante quanto o encontro entre tecnologia, organização do trabalho e desenvolvimento de competências for efetivo. A recuperação da crise económica despoletada pela pandemia da Covid-19 terá de ser, sempre, um exercício de economia mista, de concertação entre o interesse geral e os interesses particulares que o podem enriquecer, vivificar e concretizar através de formas racionais e transparentes de incentivo e partilha de riscos. A cidade e a região de Lisboa encontram nestes tempos de transição e recuperação da crise económica e social uma efetiva oportunidade de progresso se forem capazes de colocar a inovação no coração das suas decisões e iniciativas. O tempo atual é o de preparar com seriedade novas estratégias e ambições, acelerando as transições reais na produtividade e na inteligência coletiva das redes empresariais e institucionais. O tempo atual não é o de viver passivamente a emergência agitando apenas novas designações formais. A cidade do conhecimento, a cidade dos serviços ao mundo empresarial mais global, a cidade do futuro das viagens e turismo, muito diferente na pós-pandemia, e a cidade das novas plataformas colaborativas para a coesão económica, social e territorial, serão as principais alavancas da recuperação de uma Lisboa necessariamente mais global e mais solidária, mais criativa e mais produtiva, mais inteligente e mais diversa. O novo mapa da cidade e da região será tanto melhor quanto mais ousada for a ambição de mudança contida na recuperação.

8ª SESSÃO

QUE GEOMETRIAS DA SOLIDARIEDADE: RESPOSTAS URGENTES VS. VISÃO DE LONGO PRAZO?

Autora: **Isabel Guerra** (Professora Agregada Aposentada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)

A pandemia, ao fazer surgir uma doença fortemente contagiosa, coloca-nos perante a fragilidade da vida e lembra-nos como somos vulneráveis. Mas, ao mesmo tempo, a crise sanitária reforça a sensação de uma interdependência coletiva, já que a nossa

conduta individual pode ter claros efeitos sobre os outros: contamináveis, contaminados, contaminadores. A crise atual não atinge todos da mesma maneira: uns são mais vulneráveis do que outros, mas isso, sendo um traço estrutural da nossa sociedade, não impede a necessidade urgente de tomar medidas que protejam todos, mas especialmente aqueles com maiores vulnerabilidades. Estando todos potencialmente doentes, a soberania do Estado foi, e é, o nosso alívio, e perante ele somos respeitadores e obedientes, algo infantilizados. Sob a aparência de uma nova compreensão da doença e da necessidade de rapidez na resposta, um governo cada vez mais vertical reforça os seus poderes políticos e aparece diariamente nos media.

Mas não só o que aparece na televisão existe. De forma menos evidente, dispersa e frequentemente invisível, a solidariedade tradicional das famílias, a solidariedade institucional das associações e a solidariedade política dos autarcas são multiplicadas por centenas de voluntários que apoiam os vizinhos, criam grupos de entreajuda, inventam respostas às necessidades: máscaras que são doadas, gel feito de álcool destinado a cerveja, ventiladores produzidos por empresa de sanitários, etc. Simultaneamente, as novas tecnologias emergem com novas funções, apoiando os laços sociais, inventando outras formas de comunicação e mobilização coletiva, permitindo que as pessoas se reúnam para jogar, cantar, apoiar no desânimo, etc. Neste momento de crise inventam-se novas formas de comunicação que fortalecem, e até amplificam, as relações sociais existentes. Estas novas solidariedades, porque locais e dispersas, são menos visíveis e, infelizmente, pouco valorizadas e incentivadas, embora sejam o “cimento” da vida comunitária. De facto, no contexto atual, e como reivindicado por muitos, uma ação mais horizontal e local permitiria, se necessário, uma melhor compreensão social das questões da saúde. Medidas de higiene articuladas à luz da inteligência coletiva e da experiência e cultura locais poderiam ser mais eficazes e perdurar mais facilmente. A democracia sanitária é uma responsabilidade coletiva e um conhecimento que exige a participação de cada um. Caso contrário, resta o medo e o isolamento psicológico, familiar e social, e por vezes a revolta, como assistimos hoje em muitos países.

Haverá um “depois” da Covid, e estamos longe de conhecer os impactos que ela terá sobre a coesão social, obrigados que fomos ao recuo de confinamento e ao aumento da distância social. Mas as dinâmicas da sociedade civil manifestadas tornam-nos esperançosos quanto ao reforço da unidade e da solidariedade da sociedade portuguesa.

ENCONTRO DE
URBANISMO 2020

COVID-19

PREPARAR AS CIDADES PARA RISCOS GLOBAIS



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO:

Pelouro Planeamento,
Urbanismo, Relação com
o Múncipe e Participação
da Câmara Municipal de Lisboa

Ana Gracindo
Ana Maria Batista
Marisa Rebelo Ferreira
Ricardo Fonseca
Ricardo Veludo

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA :

João Ferrão

COCORDENAÇÃO:

Roberto Falanga
Carlos Liz

MODERAÇÃO:

Marta Rodrigues

PRODUÇÃO:

Pelouro Planeamento,
Urbanismo, Relação com
o Múncipe e Participação
da Câmara Municipal de Lisboa

Ana Maria Batista

Departamento de
Planeamento Urbano

Ana Marçal
Ana Ó Ramos
Ana Pequeno
Carlos Alberto
Dora Lampreia
Helena Falcão
Helena Galante
Luís Moraes
Paulo Pais
Sandra Pintado

Departamento de Marca
e Comunicação

Eduardo Cruz
Filomena Costa
Inês Marques
Isabel Aguilar
Isabel Forte
João Ferreira
Jorge Ramalho
José Barbosa
José Fernandes
Marta Rodrigues
Nuno Morais
Paula Cerejeiro
Paulo Vilhana
Raquel Antunes
Susana Pina

Departamento de Relação
com o Múncipe e Participação

Filipe Casimiro
Helena Torres
Miguel Mendes
Paula Alves
Paulo Francisco
Sandra Godinho

DESIGN | PAGINAÇÃO

João Ferreira

FOTOGRAFIA

Câmara Municipal de Lisboa

IMPRESSÃO

Imprensa Municipal

EDIÇÃO

2020

TIRAGEM

200 Exemplares

ISBN

978-972-8877-17-0

ÍNDICE

Introdução	3
A - Enquadramento	5
B – A Cidade que aprende com o passado	15
C – A cidade com emoções	19
D – A Cidade do Bem-Estar	23
E – A cidade de Proximidade.....	27
F – A Cidade das Oportunidades.....	33
G – A Cidade da Cidadania Rejuvenescida	39
H – A Cidade do Bem-Viver	45
Anexos.....	49
Apresentação e Programa	51
Guiões dos vídeos de abertura das sessões	57
Ficha Técnica	73



Lisboa
Centro de Informação Lisboa



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL